



INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

DÁRIO GOMES DE CASTRO

**CONCEPÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO
ESCOLAR**

REDENÇÃO
2018



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

DÁRIO GOMES DE CASTRO

**CONCEPÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO
ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior

**REDENÇÃO
2018**

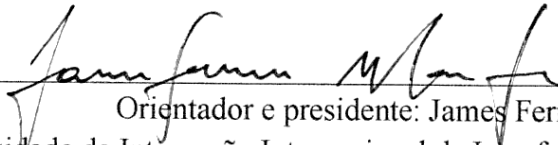
DARIO GOMES DE CASTRO

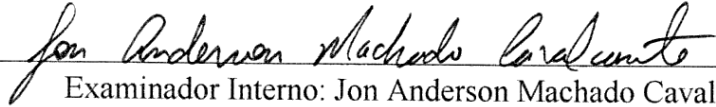
**CONCEPÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO
ESCOLAR**


Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 26 de outubro de 2018.

Banca Examinadora:


Orientador e presidente: James Ferreira Moura Jr
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)


Examinador Interno: Jon Anderson Machado Cavalcante
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)


Examinador Externo: Leandro de Proença Lopes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

RESUMO

Este projeto faz uma análise das representações sociais sobre a desigualdade social entre estudantes do 9º ano do turno tarde da escola Padre Antonio Crisóstomo do Vale no município de Acarape Ceara. Análise essa feita através de uma pesquisa bibliográfica sobre sua aplicação, com autores especialistas no assunto em diversas fontes de consulta, tais como artigos científicos, obras e publicações em diferentes meios, incluindo a internet. Assim, o projeto é voltado à busca de dados que possam contribuir para melhores metodologias de ensino, principalmente quando se referirem à grande diversidade na sociedade que temos, a qual de muitas é representada em sala de aula, e isso que nos faz perceber a necessidade de almejar por conhecimento de vida de cada aluno, a fim de que todos tenham um melhor desempenho estudantil, independente de suas origens étnicas, financeiras, sociais e culturais.

Palavras-chaves: Pobreza. Escola. Desigualdades sociais. Estudantes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. OBJETIVOS	8
3.1. <i>Objetivo Geral</i>	8
3.2. <i>Objetivos Específicos</i>	8
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
4.1. <i>Pobreza e desigualdade social</i>	9
4.2. <i>Contexto escolar brasileiro</i>	11
4.2.1. <i>Histórico</i>	12
4.2.2. <i>As desigualdades educativas</i>	15
5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO DA POBREZA	17
6. METODOLOGIA	20
6.1. <i>Técnica a ser utilizada</i>	20
6.2. <i>Local da realização da pesquisa</i>	21
6.3. <i>Descrição dos participantes</i>	22
6.4. <i>Análise dos dados</i>	22
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

O conceito de pobreza emerge de contextos socioeconômicos, históricos e culturais particulares que moldam a experiência, as representações e os discursos públicos sobre a privação. Envolve não apenas os pobres, mas os vários grupos sociais - privilegiados e desfavorecidos - e seus relacionamentos, bem como as políticas e instituições que surgem em relação a ele. A distribuição de recursos e oportunidades, a desigualdade, a riqueza e o privilégio são componentes indissociáveis de uma explicação sociológica do problema.

No cenário contemporâneo, o discurso público da pobreza emergente do fundamentalismo de mercado, é parte de uma narrativa poderosa que equivale à proteção do Estado de bem-estar e social, a decadência moral e a regra do mercado, com justa e adequada. É um discurso fortemente normativo, baseadas em certas suposições, com pretensões teóricas ricas de universalidade no comportamento (racional) atores (pobres), evidências e interpretações duvidosas, embora sem aparência empírica sistemática e confiável.

A responsabilização e criminalização da pobreza tem andado de mãos dadas com processos de densificação espacial das desvantagens em certas áreas das cidades e uma forte estigmatização das periferias mais desfavorecidas e dos seus residentes. Assim, compreender essa realidade é essencial para superar as crises oriundas da condição dos indivíduos na situação de pobreza, porquanto, acredita-se que a situação defasada nos modelos de ensino são frutos, também, dessas condições sociais vividas pelos alunos nas escolas em suas vivências social, gerada por aqueles fatores da pobreza.

Neste contexto, não basta descrever as condições de vida dos setores mais desfavorecidos e medir as suas deficiências. É necessário entender as formas particulares pelas quais essas condições são problematizadas, o que nos traz de volta às dimensões culturais do problema. Essas dimensões estão relacionadas aos diferentes significados que pessoas e grupos constroem para interpretar suas experiências de vida ou criar limites simbólicos ou morais entre categorias de pessoas ou coisas, através das quais identidades são atribuídas a "outros" e a elas mesmas.

Em suma, esses reflexos penetram no escopo escolar e prejudica o desenvolvimento dos estudantes inseridos nas estatísticas da pobreza em consideráveis níveis, razão que quando dispostos em grupos sociais, classificam-se enquanto atributos e capacidades, assim como em

espaços sociais divergentes e, muitas vezes desumanos diante das problematizações geradas das deficiências das condições de vida dos sujeitos.

2. JUSTIFICATIVA

A pesquisa a ser realizada, prioritariamente, na escola de ensino fundamental II Padre Antônio Crisóstomo do Vale, localizada na cidade de Acarape, que fica há uma distância média de 58 km de Fortaleza capital do Ceará, tem como principal objetivo esclarecer e compreender os reflexos da desigualdade social na aprendizagem dos alunos do 9 ano do turno tarde da referida escola, reflexos esses que podemos ver com a chegada de alunos oriundos de escolas particulares, que têm melhores condições de vidas, distintamente dos alunos que, muitas vezes, passam a manhã trabalhando e tem que estudar à tarde, assim, não obtendo bom desempenho nas avaliações externas e, conseqüentemente, perdem espaço no que diz respeito às oportunidades vindouras no ensino médio, que, no nosso município, é de cunho integral e profissionalizante.

Assim, a pesquisa surgiu da problematização por ocasião das reflexões acerca da adaptação desses estudantes insertos em um ambiente em que os reflexos da desigualdade possam atrapalhar, significativamente, o desenvolvimento escolar, inclusive quanto aos diversos ritmos de aprendizagem, pois presenciam sujeitos de condições de vida diferente das suas, podendo chegar a indagações de capacidade que, possam interferir no rendimento escolar.

Para que haja êxito na pesquisa é preciso, antes de tudo, conhecer o campo a ser pesquisado, e partindo dessa afirmação, observaremos os alunos no seu cotidiano e em sala de aula para que se possam ter considerações a respeito da indagação: a que ponto essas desigualdades sociais interferem na vida acadêmica dos estudantes?

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Analisar as representações sociais sobre a desigualdade social entre estudantes do 9º ano da escola Padre Antonio Crisosotomo.

3.2. Objetivos Específicos

- Compreender a situação socioeconômica dos/as estudantes;
- Descrever as explicações sobre a origem da pobreza no Brasil;
- Analisar as relações entre as representações da desigualdade social e a situação econômica dos/as estudantes.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. Pobreza e desigualdade social

Possuir as condições básicas para satisfazer as necessidades humanas é um dos princípios defendidos na carta universal dos direitos humanos, porém, ainda se existe até hoje nas sociedades globais os segmentos sociais que carecem de condições propícias para responder as demandas meramente imprescindíveis para a sobrevivência. Em outros termos, ao lado da abundância de recursos e fortunas da racionalidade dominante andam a carência ou indigência permanente das camadas sociais vulneráveis, precárias à formação do conceito de dignidade da pessoa humana.

De acordo com o documento do Banco Mundial (2001), intitulado “Luta Contra Pobreza”, as pessoas em situação de pobreza estão desprovidas da liberdade de escolha e ação necessárias, dado que alguns carecem de condições apropriadas de saúde, alimentação, educação e abrigo, levando-lhes a permanecer à margem do modo de vida que todos valorizam.

Discutindo sobre esse assunto, Borges e Amaral (2015), apontam que a desigualdade social é algo sempre presente nas sociedades humanas desde antiguidade, podendo ser encontrada, esse fenômeno, na antiga Roma, mas, quando se deram os acontecimentos históricos como a revolução industrial e a ascensão do capitalismo, as coisas se deterioraram, isto é, aumentou-se as disparidades sociais, porquanto a incessante busca pela aquisição das propriedades e dos bens, colocaram o ser humano em níveis diferentes, com poderes e estados aquisitivos distintos.

Tendo em conta as assertivas supramencionadas achamos pertinente fazer as seguintes indagações: O que é a Pobreza? Ela possui causalidades naturais ou um resultado das práticas antropogênicas? Existe uma relação entre a pobreza e a desigualdade social?

Analisando o conceito da pobreza, Crespo e Gurovitz (2002) nos chamam a atenção em relação ao exercício analítico desse fenômeno, pois, na visão deles, é preciso, ao tentarmos definir a pobreza, levarmos em conta o seu caráter polissêmico como forma de evitar uma interpretação unívoca a seu respeito, pois existem várias situações ou elementos que nela intersectam, cabendo diversos significados, variando de acordo com as acepções respectivas à conjuntura analisada.

Por conseguinte, esses autores serão abordados na pesquisa e na elaboração do trabalho, visto que a polissemia abordada pode decair sobre os espaços e sujeitos estudados, dependendo dos diversos fatores que denotam o estado social dos indivíduos e, por consequência, na definição de pobreza.

De acordo com o documento das Nações Unidas (2001), a pobreza é uma condição humana que se caracteriza pela privação sustentada ou crônica de capacidades, recursos, escolhas e outros elementos necessários para viver uma vida digna.

Mostrando certo ceticismo em relação ao chamam de análise unidimensional da pobreza, Ximenes *et al.* (2016), ressaltam a imprescindibilidade de analisar a pobreza de maneira pluridimensional, e sublinham que teorias analíticas da pobreza que centram, exclusivamente, nas questões monetárias não suficientes para entender todas variáveis implicantes na propagação desse fenômeno.

No seu livro intitulado “As causas de Pobreza”, Schwartzman sublinha que,

As causas da pobreza, ensinava, para nosso espanto, Edósio Fernandes, professor de direito administrativo, são duas: as voluntárias e as involuntárias. Para nós, estudantes de ciências sociais, as causas da pobreza não podiam ser individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital; o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos; e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que as impedia de ter consciência dos próprios problemas e necessidades (SCHWARTZMAN, 2004, P.13).

No que se refere ao caso brasileiro, Ximenes *et al.* (2016), apontam que a pobreza é, hodiernamente, uma das manifestações humanas mais presentes no cotidiano brasileiro, e apontam que é relevante entender como a vivência dos grupos sociais desprovidos de condições indispensáveis para sobrevivência, nesse caso, os pobres, é construída tanto no âmbito rural assim como no urbano.

De acordo com Casal (2017), a pesquisa diz que o maior índice de pobreza é registrado Região Nordeste, afetando 43,5% da população. Cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5 por dia, valor este adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2017 – SIS 2017. Ela indica, ainda,

que o maior índice de pobreza se dá na Região Nordeste do país, onde 43,5% da população se enquadram nessa situação e, a menor, no Sul: 12,3% (CASAL, 2017).

Identificando as implicações das injustiças sociais no crescimento alarmante do nível da pobreza e desigualdade social no Brasil Barros et al (2000), afirmam que,

O Brasil, nas últimas décadas, vem confirmando, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. (BARROS et al, 2000, p.123).

Dado ao exposto, percebe-se que há uma relação quase indissolúvel entre o crescimento da pobreza ou desigualdade social e o exponencial enriquecimento de alguns segmentos sociais, ou seja, esses fenômenos são causados pela proliferação de um psiquismo individualista e competitivo em que a opulência e a cupidez incessante são características chaves, referimos, nesse caso, a lógica capitalista.

Transpondo tais considerações, o conceito de pobreza é polissêmico e será avaliada de acordo com a situação variante dos sujeitos sob as perspectivas socioeconômicas, tendo em vista o grau de decadência da dignidade humana, consubstanciada nas relações interpessoais dos sujeitos no âmbito escolar, com o objetivo de se entender a relação entre pobreza e desigualdade social.

4.2. Contexto escolar brasileiro

Trabalhar com educação no Brasil é viajar por vários mundos. Um, pós-modernista, com escolas equipadas com materiais de ensino de alto nível, os professores têm alto salário e estudantes vêm para a escola de carro. Nesse nível, o processo de ensino / aprendizagem é comparável ao dos países ricos, talvez muitas vezes excedendo o luxo.

É um mundo belo, que apoia o desenvolvimento integral do ser humano, em que as crianças são todas as condições necessárias na educação e na construção de seu futuro. É, também, um mundo real no Brasil, privatizada, mas, paradoxalmente, ajudou com dinheiro público, bem porque os bairros onde estão localizadas essas escolas recebem toda a infraestrutura do Estado, a partir da pavimentação das ruas para a segurança. Mas, ao mesmo tempo, é um mundo fechado, bem protegido por seus poucos usuários e desenvolvido com o dinheiro de todos. É um mundo restritivo, para uma população brasileira ínfima.

Outra camada é a classe média, todos pressionados e constantemente lutam para não serem jogados em níveis de pobreza. Nesse estrato, alguns, com o sacrifício da família, conseguem frequentar escolas particulares. Com isso, eles podem desenvolver as possibilidades de ascensão social. Quem não pode entrar no ensino privado, deve ir ao público. No entanto, esta decisão é tomada com uma visão negativa e desanimadora.

Nesse mundo de classe média, os governos (federal, estadual e municipal) investem um pouco de dinheiro público nas escolas. Dos governos, a classe média é um setor importante da população em relação à estabilidade do poder estabelecido, e tem forte influência no processo eleitoral. É por isso que suas escolas públicas, não na quantidade ideal, realizam um processo razoável de ensino / aprendizagem com recursos disponíveis para os alunos.

Mas há um naufrago mundo, medieval, de excluídos, que recebem uma baixa atenção dos poderes e da sociedade estabelecidas. Inclui não apenas os pobres, porque eles, no Brasil, já representam um determinado setor, mas também os mendigos. Eles são abandonados à "sorte" e vivem pela lei do mais forte; o estado federal, para manter a sua legitimidade, receber as promessas de campanhas eleitorais e alguma administração bem-estar social, sem qualquer força de mudança estrutural.

Nesse mundo também existem escolas, são as escolas das favelas. Escolas nestes bairros tem um edifício com grandes lacunas com banheiros entupidos, espelhos quebrados, sem controle higiênico e violência no ambiente escolar. Suas salas de aula não possuem o material didático e o clima positivo para aprender. Seus professores mal pagos estão desmotivados e cansados pelo trabalho clandestino que devem realizar.

4.2.1. *Histórico*

Os autores Savian e Dalla Corte (2008, p. 3) citam Kuhlmann definindo a educação assistencialista como:

Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade (KUHLMANN,1998, p.182)

Por conseguinte, a educação assistencialista apenas tinha a preocupação em cuidar da criança, bem como preparava a criança para aceitar a sua condição social e a não se questionar

sobre a sua realidade, pois a mesma não tinha muito interesse em dar uma melhor qualidade de vida às mesmas.

Por muito tempo as finalidades de atendimento as crianças pequenas eram os mais diversos entre eles, o cuidado com a alimentação e a higiene, pois muitos pais não tinham onde deixá-los para irem trabalhar. Neste sentido, a educação compensatória tentava suprir a falta que a família fazia aos pequenos.

As creches chegaram junto com a revolução industrial, e no Brasil surge em meados do século XIX para o século XX em função da crescente urbanização e estruturação do capitalismo e, com ele, a necessidade também da mulher entrar no mercado de trabalho, fazendo desencadear um movimento entre os operários pela reivindicação de um lugar para poderem deixar os seus filhos, pois as crianças ficavam muito tempo longe de suas mães e necessitavam de cuidados.

Brighente (2016, p. 175) conclui em seu estudo sobre a pedagogia libertadora que:

que a docilização/interdição dos corpos, que começou com os jesuítas, no Brasil, deixou uma herança que se reproduz até os dias de hoje, docilizando os educandos para torná-los iguais e úteis, fazendo uso da punição para normalizá-los. Punição que aparece por meio, não somente dos “exames”, das “avaliações”, das “provas”, mas também da verdadeira “violência simbólica” perpetrada pelos professores sobre os corpos dos alunos

Este conceito de Paulo Freire nos aduz a superação da subordinação dos estudantes ao ensino formal e metódico, porquanto o pensamento passa ser valorizado no sentido de que o aluno pode pensar o que se aprende, questionando o seu estado de desigualdade, bem como os que lhe forem transmitidos.

Nesse sentido, a ideia de que a mente do estudante é um banco de informações, onde o professor apenas “deposita” os conteúdos que o plano de ensino determina, sem preocupação alguma do aprendizado amplo que o aprendiz possa ter, como se o estudante fosse um depósito de informação a ser preenchida, fez com o que o autor Freire, nas compreensões de Brighente e Mesquita (2016), considerasse esse modelo como opressor, ao passo que não buscava a reflexão de seus educandos, pois a “educação bancária, reprodutora do saber, faz uso da vigilância, da punição e do exame”

Essas afirmações levaram ao autor a formular as ideias da superação disto, da educação bancária, pelo contrário, não se admitiria mais os depósitos nas consciências dos estudantes,

seria necessário contrapor o sistema opressor das ideias, impositivo e autoritário, para que os estudantes sejam vistos como seres reflexivos, críticos e criadores, opondo a educação domesticadora, que só formaria homens alienados, ou seja, em sujeitos oprimidos e opressores, a educação libertadora se formaria entre educandos e educadores (BRIGHENTE; MESQUITA, 2016).

Assim, ainda de acordo com os autores acima ao estudarem Paulo Freire, compreende-se que a pedagogia libertadora deve ser planejada com os oprimidos, e não para eles, pautando-se na curiosidade dos estudantes através de sua leitura do mundo e de sua própria realidade.

Consoante isso, o autor em suas acepções propõe um modelo de educação que torne o ser humano, em um indivíduo dotado de consciência e reflexão, não um mero reproduzidor de ideias bancárias, através do estudo da história, porque estudá-la é essencial para a formação deste corpo consciente, pautada no diálogo dos sujeitos do processo escolar, nos conhecimentos transformadores da visão humana, contrariando àquele modelo que domesticava os alunos.

Ao mudar essa educação bancária, entender-se-ia o papel da educação para a democracia e cidadania, conforme Brighente e Mesquita (2016, p. 167):

a alfabetização tem como objetivo preparar para a democracia, o que não significa apenas transformar o analfabeto em eleitor. Na verdade, prepararia o alfabetizando para realizar seu próprio juízo crítico perante as possibilidades que a elite apresenta e, assim, tomar sua decisão.

Como se observa, a educação, para Paulo Freire, não tem somente o papel de transmissão de conteúdos depositados e reiterados, mas sim de formar um ser crítico capaz de alterar o espaço em que vive, através de uma educação política no sentido social, a qual colocaria o ser humano em uma posição racional e livre para compreender as ideias daqueles conteúdos aprendidos.

Nesse escopo, como se verá no desenvolver da pesquisa, a pedagogia libertadora de Paulo Freire é essencial para a saída das possíveis influências que o impacto da convivência com as desigualdades sociais dentro do âmbito escolar podem ocasionar aos estudantes e às suas capacidades, porquanto para superar esse ambiente, deve-se romper com a dominação legitimada pelos opressores:

para os oprimidos se libertarem, precisam, primeiramente, conscientizar-se e humanizar seus corpos interditados e, também, os corpos daqueles que os oprimem. Caso contrário, reproduzirão as atitudes do opressor e irão se ajustar à realidade, acreditando que a história não é passível de mudanças, visto que sua condição social já é determinada desde o nascimento. (BRIGHENTE; MESQUITA, 2016, p. 170)

Posto isso, analisa-se que a libertação deste possível meio de opressão advindo das desigualdades dentro da escola, pode-se ser recuada com a mudança de paradigma escolar, assim, primeiro se reconhecendo esta realidade por parte dos profissionais da educação e, por conseguinte, pregando uma educação libertadora na consciência dos estudantes.

A infância nunca foi igual, ela está sempre em construção e mudou durante toda a história, deixou de ser objeto de cuidados materno para ser objeto de cuidado dos deveres públicos do governo. Hoje a criança é considerada alguém que tem identidade própria, um cidadão de direito. Essa é a mudança oriunda da ideia de educação pensante, de uma pedagogia libertadora.

4.2.2. *As desigualdades educativas*

No Brasil, as desigualdades educacionais persistem e são variáveis observáveis, como a evasão escolar, o excesso de idade, baixos índices de aprovação e baixas qualificações acadêmicas. Mas para descobrir o que é a dinâmica que leva a essa desigualdade no Brasil e estabelecer claras distâncias entre as crianças educadas e aquelas carentes de educação, deve-se perguntar qual é a relação entre desempenho, bem-estar e liberdades e do que é ser pobre na escola.

Segundo INEP (2017), os novos dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

A série histórica revela, em todas as etapas de ensino, uma queda progressiva na evasão escolar de 2007 a 2013, mas o comportamento se altera em 2014, quando as taxas aumentam. A evasão é maior nas escolas rurais, em todas as etapas de ensino. O Pará tem a mais alta taxa de evasão em todas as etapas de ensino, chegando a 16% no ensino médio.

Depois de observar estas desigualdades entre as regiões de fenômenos Brasil, que são indiretamente, revelam fatores educacionais e não educacionais de alguns grupos e, portanto, as limitações para fazer cumprir os valores intrínsecos e instrumentais da educação.

Uma vez que existe uma correlação entre ser pobre na escola, abandono escolar, baixos níveis de aprovação e excesso de idade é essencial dar lugar à análise de qual a inter-relação entre conquistas e liberdades com o bem-estar e o que é ser pobre na escola.

Claramente, os valores intrínsecos da educação são afetados pela violência que existe no ambiente podendo gerar fatores não educacionais conforme já mencionado, devido à impotência dos professores e da família para reverter esse processo, embora a violência também possa vir dessa última. A violência afeta valores que variam desde a própria identidade até a autorrealização, e inclusive os códigos aprendidos em um ambiente tão violento quando são inseridos na escola.

Embora a violência possa chegar a se desenvolver em locais onde há baixos níveis de bem-estar, o que mais afeta são as trajetórias futuras de quem as sofre, ou seja, o bem-estar da criança ou jovem será limitado pelo sofrimento dos que não alcançaram educação em razão da violência. Por outro lado, saber de onde vem à violência e por que crianças e jovens se enrolam nessa experiência arriscada e prejudicial encontra resposta em parte, porque eles exercem sua própria conduta, mas uma conduta irresponsável onde primam as baixas capacidades como a falta de controle do meio e a incapacidade de utilizar sua razão prática sob uma concepção do bem (ZALUAR E LEAL, 2000).

No entanto, existem processos bem-sucedidos nos quais as crianças que são pobres na escola são educáveis por oportunidade ou investimento, o qual é o resultado de uma conduta positiva procedente deles mesmos ou de outros atores implicados como sua família ou seus professores ou os diretores.

Em outros casos, podem ser dados limitantes para exercer a conduta, a qual pode estar caracterizada pelo estigma social e também levar a não educação. A desigualdade educativa no Brasil pode ser explicada também pelos limitantes para tornar efetivos os valores instrumentais da educação seja por um baixo bem-estar e um reduzido meio de subsistência.

5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO DA POBREZA

As mudanças sociais e econômicas experimentadas durante os últimos anos fizeram do espaço urbano um contexto cada vez mais hostil para os grupos mais desfavorecidos. Junto ao seu caráter mais excludente, a pobreza foi institucionalizada em serviços de muita baixa qualidade - escolas, hospitais, transporte público, infraestrutura urbana, habitação, creches somente para os pobres. Paralelamente, as lacunas sociais se transformaram em abismos e os setores privilegiados foram isolados em suas bolhas de mordomias (áreas residenciais, escolas, universidades, hospitais e shopping centers), projetados apenas para eles.

Enquanto em áreas metropolitanas, com uma população de milhões de pessoas, carregam marcas de desigualdades socioeconômicas entre as classes com persistência por longa data, as lacunas sociais acentuaram-se e tornaram-se cada vez mais evidente, dando origem a novos padrões de urbanização que se expressam em uma cidade de contrastes profundos.

Ao lado do aumento das áreas centrais e do surgimento de novas áreas residenciais exclusivas, shopping centers, restaurantes e lojas de luxo, houve uma expansão da periferia urbana. As áreas de concentração da pobreza aumentaram e tornaram-se mais densas, enquanto os grandes complexos habitacionais, agora administrados por incorporadores privados, estavam localizados em áreas cada vez mais remotas (SAWAIA, 2017).

Ao mesmo tempo, outros processos, menos visíveis, contribuíram para a fragmentação urbana. A interação social entre as classes privilegiadas e os setores populares tornou-se cada vez mais inusitada, fraca e controlada, evitando - e até negando - o encontro com o outro nos espaços públicos. É uma sociabilidade urbana dominada por desconfiança, o estigma e o medo, para uso e importância diferenciada do espaço urbano e aumentando encerramento dos setores privilegiados paralelas ao isolamento dos mais pobres (SAWAIA, 2017).

Zioni (2006) aponta que a separação entre classes sociais existe tanto em ambientes espaciais quanto em segregações verticais; todo modelo espacial tem uma ordem moral ancorada; as ruas, os bairros e as casas estão carregados de significado social.

De acordo com Demo (1992), as percepções públicas da pobreza têm um papel fundamental na legitimação da desigualdade e na delimitação das fronteiras da intervenção do

Estado na provisão do bem-estar, em geral, e das políticas voltadas para os pobres, em particular.

A estigmatização das pessoas em situação de pobreza é mais evidente em contextos onde predomina uma visão de pobreza atribuída a causas individuais, gerando um discurso moralizante. Desse ponto de vista, os pobres são considerados "culpados" de sua própria situação, não "necessário" e eles próprios o produto de uma "cultura da pobreza" e situações que são transmitidos através das gerações.

Estudos realizados por Moura Jr. et al. (2014, p. 349) concluíram que

[...] é imprescindível à Psicologia e a áreas afins se apropriarem do fenômeno pobreza em seus múltiplos sentidos. Há a necessidade de perceber a pobreza de forma crítica e multidimensional, entendendo-a como resultado de diversos fatores nos quais a renda é um deles

A explicação para a "preguiça" - "se você não trabalha é porque não quer, porque é preguiçoso" - refere-se a uma ideia moral baseada no dever e na ética do trabalho. Os pobres são acusados de não fazer o suficiente por si mesmos, e o governo, portanto, não ter obrigação de lidar com eles. Em contraste, uma explicação que enfatiza a dimensão social ou as causas estruturais da pobreza, refere-se a uma concepção mais global da sociedade, destacando a posição desfavorável dos pobres na estrutura social, razão pela qual as autoridades públicas têm o dever de ajudá-los a alcançar maior justiça social (SPOSATI, 1999).

Assim, aqueles que sofrem privação são frequentemente excluídos tanto da discussão, como do desenho de políticas destinadas a "combater" a pobreza. Os pobres podem ser considerados desviantes e perigosos, apáticos e passivos, ou visualizados como lutadores heroicos que enfrentam privação e privação diárias; Em todos os casos, somos nós que devemos fazer algo por eles. Seja como vítimas ou vilões, os pobres tendem a ser construídos como os outros, responsáveis pela sua situação ou objetos passivos que geram "preocupação" e falta de agência; são aqueles que devem ser ajudados ou punidos, ignorados ou estudados, mas raramente tratados como cidadãos iguais com direitos. É uma estratégia de exclusão simbólica e moral que contribui para culpar o outro para seus próprios problemas e os problemas da sociedade, ao mesmo tempo legitima nossos privilégios e as desigualdades econômicas que determinam a pobreza (SAWAIA, 2017).

Ximenes e Cidade (2016, p. 135) concluíram em seu estudo sobre juventude e pobreza que "é o clima de incerteza e indefinição de uma vida marcada pela pobreza que assegura e

pode reforçar o fatalismo, sendo necessário empreender ações que provam caminhos libertários para a juventude pobre”.

A construção do pobre como o outro, assim como a estigmatização que é o objeto, é relacional e dependente do contexto. De fato, o estigma supõe uma identidade social desvalorizada em um contexto social particular; o sujeito estigmatizado está aos olhos dos outros. É uma construção social e representação coletiva envolvendo a rotulagem, estereótipos negativos e fronteiras simbólicas entre nós e eles, a perda de status e discriminação, no contexto de uma relação de poder (BRISOLA, 2012).

É justamente o acesso a recursos de poder (sociais, econômicos e políticos) que permitem desaprovação, rejeição, exclusão e discriminação de sujeitos estigmatizados, limitando seu acesso a diversas oportunidades. Assim, estigmatiza os pobres e suas localizações estão indissociavelmente ligadas à desigualdade e contribui para a aceitação e legitimação do mesmo, com efeitos fortemente negativos sobre temas estigmatizados. Como Sayer (2005) aponta, enquanto o estigma moral da classe afeta precisamente os grupos mais fracos, o privilégio moral está relacionado às classes mais abastadas.

Portanto, perceber-se-á o preconceito e a estigmatização do pobre e como isso acarreta prejuízos para estudantes inseridos nesse escopo da conjuntura social da pobreza em variados níveis, ainda, como esses sujeitos podem tomar atitudes futuras que vão contra todos os ideais da educação libertadora, da formação do seu consciente e de sua educação escolar e social.

6. METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa tem caráter qualitativo. Essa escolha se deu pelo método qualitativo conforme o objeto de estudo, porque este será mais adequado para a análise a qual se propõe. Este método é caminho percorrido para atingir um determinado objetivo, ou seja, é um conjunto de técnicas utilizadas para coleta de dados durante a pesquisa, neste caso, dando-se por meio da valorização de ideias subjetivas das análises descritivas, sem tanta observância numérica ou estatística.

Segundo Cerswell (2010), a pesquisa qualitativa é meio pelo qual o pesquisador entende o problema de uma comunidade selecionada para estudar ou entender os significados dessa comunidade. Nesse tipo de pesquisa, vigora a análise dos dados de maneira profunda, no sentido de visualizar as qualidades do objeto pesquisado, sem excesso de estatísticas, mas voltado ao subjetivo e análises do observador vinculado ao tipo de pesquisa bibliográfico.

Levando em conta isso, observar-se-á as características dos sujeitos analisados, de maneira individual, almejando entender e alcançar os objetivos da pesquisa sem necessidade de redução numérica e estatística, compreendendo o fenômeno através das considerações bibliográficas e na pesquisa de campo através de entrevistas e descrição dos ambientes.

6.1. Técnica a ser utilizada

De início teremos um contato com a direção da escola padre Antonio Crisostomo do Vale em Acarape onde será realizada a pesquisa as entrevistas. Esse contato se dará por meio de uma visita ao local para que se perceba a disponibilidade dos mesmos. Quanto ao meio de pesquisa, optou-se por entrevista semiestruturada.

Esse tipo de entrevista semiestruturada é composta por perguntas temáticas direcionadas à compreensão do objeto da pesquisa, porquanto formada por perguntas em teor de um diálogo entre o pesquisador e os pesquisados iniciando com o perfil destes, diante de suas características sociodemográficas, dos contextos em que os sujeitos são inseridos e suas compreensões da realidade do local de pesquisa.

Por essa razão, as questões desenvolvidas na entrevista serão realizadas de maneira direta e com a observação do pesquisador em uma relação indireta com os pesquisados, baseando-se nos conhecimentos empíricos e teóricos formulados na pesquisa.

Após essa entrevista, passar-se-á a análise dos entrevistados, de suas respostas e suas ideias, para, posteriormente, contribuir com os resultados da pesquisa, acerca da teoria nela defendida.

A entrevista é, sem dúvida, uma das principais formas de coletar dados nas pesquisas em ciências sociais. É instrumento crucial tanto na abordagem quantitativa quanto na qualitativa.

Para a realização dessa pesquisa é necessário que o investigador vá ao campo onde os indivíduos a qual serão participantes da pesquisa vivem, devemos permanecer por um tempo longo no campo a ser pesquisado, para melhor observação do cotidiano.

Esse tipo de pesquisa faz com que haja uma integração entre pesquisador e o campo assim percebendo a realidade a qual será estudada.

6.2. Local da realização da pesquisa

A realização da pesquisa será na cidade de Acarape. Acarape é um município brasileiro do estado do Ceará. Localizado no maciço de Baturité na Região Imediata de Redenção-Acarape, Região Intermediária de Fortaleza. Faz parte do Polo Serra de Guaramiranga. Está distante 61,8km de capital, Fortaleza com acesso principal pela rodovia CE-060. O Topônimo *Acarape* vem do tupi *acarás* e significa: *de acará pé* (caminho dos acarás, canal do peixe ou caminho das garças). Sua denominação original era Calaboca e, desde 1926, Acarape. A cidade de Acarape em seu censo demográfico é totalizada em 16.639 habitantes.

O local específico será na escola de ensino fundamental II Padre Antônio Crisóstomo do Vale, localizada na cidade de Acarape, que fica há uma distância média de 58 km de Fortaleza capital do Ceará. Trata-se de uma escola fundada pelo padre Antônio Crisóstomo que tinha como objetivo propiciar aos jovens da cidade de Acarape um bom estudo, sem precisar que eles tivessem que se deslocar para a capital da cidade. Hoje a entidade é uma escola municipal dirigida pelo professor José Rilmar e coordenada pela dona Ana Maria, que atende a maior parte da demanda do município.

O campo especificamente pesquisado será na escola em que atuo como auxiliar de secretario escolar, função essa a qual posso ter contato direto com o campo a ser estudado facilitando assim o andamento do trabalho.

Esse contato com o campo nos remete ao estudo de campo elaborado por Antônio Carlos Gil:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo. Atlas. 2002. P. 53

Esta pesquisa se configura como uma pesquisa participante tanto pelo contato direto do pesquisador com o campo pesquisado quanto pelo produto final da pesquisa.

Esse é um aspecto importante da pesquisa participante, que a distingue dos tradicionais "estudos de comunidade". Enquanto estes tendem a encarar os indivíduos como participantes de grupamentos relativamente homogêneos, a pesquisa participante deseja colocar-se a serviço dos oprimidos e necessita identificar com clareza quem são eles no âmbito de uma "comunidade". GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo. Atlas. 2002. P. 150

6.3. Descrição dos participantes

Os participantes da pesquisa serão os alunos do 9º ano turno tarde da escola Padre Antonio Crisostomo do Vale em Acarape.

Os critérios de inclusão para a participação na pesquisa serão: - estar matriculado 9 ano tarde; frequência de pelo menos 75% ; Aceitar participar da pesquisa; - No entanto, serão entrevistados 5 participantes. Sendo realizadas então, 5 entrevistas de abordagem qualitativa com cada aluno com questionário voltado a coletar dados do desempenho de cada um para termos uma base do objeto de estudo.

Essa amostragem é usada quando há um fechamento amostral das análises, ou seja, há uma saturação da pesquisa com o que já foi coletado nas entrevistas não sendo alterada quando surgem novos participantes. “É usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes” (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008 p.17).

6.4. Análise dos dados

Para Enise Barth Teixeira (2003) análise de dados configura-se numa fase importante no empreendimento de investigações nas Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo no campo dos estudos em Desenvolvimento, Gestão e Organizações.

Merriam (1998) diz que escolher um design de pesquisa qualitativa pressupõe uma certa visão de mundo, requer a definição como um investigador seleciona sua amostra, coleta e analisa dados e contempla assuntos como validade, confiança e ética.

A pesquisa qualitativa é um processo de passo a passo, ou seja, ela permite um processo ao investigador coletar dados confiáveis. Assim, o processo de coleta e análise dos dados se torna dinâmico e intuitivo.

No primeiro momento se analisará os dados da pesquisa bibliográficas, ou seja, estudar-se-ão os conceitos e compreensões dos autores referenciais desta pesquisa, para, após, se fazer um desenvolvimento dentro da temática, e, com a entrevista, se considerar as colocações necessárias à conclusão final do trabalho.

Analisamos narrativas breves retiradas dos questionários e das entrevistas. De acordo com Araújo (2008), as narrativas são relatos da vida cotidiana, reflexões da prática docente, relatos de situações do dia a dia, saberes incorporados, por meio da vivência, experiências, investigações, transformadas em registro.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL, **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial: A Luta Contra Fome**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2AZIzww>. Acesso em: 08.08.2018.

BARROS, P. de.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável**. RBCS Vol. 15 no 42 fevereiro/2000.

BORGES, Marcos Antônio Rodrigues. **A Desigualdade Social e Influências na Subjetivos Contemporânea**. IN: Psicologia e Saúde em Debate. ISSN (eletrônico) 2446-922X. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2MC2OAn>. Acesso em: 08.08.2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil. Parecer CEB/CNE N.º 4/2000, aprovado em 16/2/2000.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRIGHENTE, Miriam Furlan. **Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora**. Pro-Posições, v. 27, n. 1, p. 155-177, 2016.

BRISOLA, Elisa. **Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social**. Revista SER Social, v. 14, n. 30, p. 127-154, 2012.

CASAL, Marcelo. Agencia Brasil. **IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza**. Publicado em 15/12/2017 - 10:29 Por Nielmar de Oliveira. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. Acesso em set. 2018.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza Como Fenômeno Multidimensional**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em: <https://bit.ly/2McnwKd>. Acesso em: 09.08.2018.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: Unesco, 2002.

DEMO, Pedro. **Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Vozes, 1992.

FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008 p.17

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar**. MEC/INEP/. Disponível em. www.seriesestatisticas.ibge.gov.br. Acesso em set. 2018.

INEP. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. 20 de Junho de 2017. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/artigo/>

/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em set. 2018.

KRAMER, Sônia; SOUZA, SJ de. **O debate Piaget/Vygotsky e as políticas educacionais.** Cadernos de pesquisa, v. 77, p. 69-80, 1991.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica.** 2ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LUNARDI, Elisiane Machado et al. **Qualidade da gestão pedagógica no curso de pedagogia.** 2012.

MOURA JR, Ferreira et al. **Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial.** Temas em Psicologia, v. 22, n. 2, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.** 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2M70eq0>. Acesso em: 09.08.2018.

SAVIAN, Flavia Bianchin; DALLA CORTE, Marilene Gabriel. **A formação do pedagogo e os saberes para a docência na educação infantil.** Online. 2008. Disponível em <http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/6.pdf>. Acesso em set. 2018.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** São Paulo>: Editora Vozes Limitada, 2017.

SAYER, Andrew. **Classe, valor moral e reconhecimento.** Sociologia, v. 39, n. 5, p. 947-963, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, p. 128-133, 1999.

XIMENES, Verônica Moraes; CIDADE, Elívia Camurça. **Juventude e pobreza: Implicações psicossociais do fatalismo.** Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, v. 50, n. 1, 2016.

XIMENES, V. M.; MOURA JÚNIOR, J.S. F.; CRUZ, J. M.; SILVA, L.B. da; SARRIERA, J.C. **Pobreza Multidimensional e Seus Aspectos Subjetivos em Contextos Rurais e Urbanos Nordestinos.** IN: Estudos de Psicologia, 21(2), abril a junho de 2016, 146-156.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. **Violência extra e intramuros.** Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

ZIONI, Fabiola. **Exclusão social: noção ou conceito?.** Saúde e Sociedade, v. 15, p. 15-29, 2006.

ONLINE. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/pesquisa-qualitativa-exploratoria-e-fenomenologica-alguns-conceitos-basicos/14316/>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo. Atlas. 2002.